

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

EXPERIÊNCIA HISTÓRICA E A COLEÇÃO MEMÓRIA DA CONSTITUINTE

AIMÉE SCHNEIDER

Doutoranda em História pelo PPGH/UERJ

schneider_aimée@hotmail.com

Considerações Iniciais

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o andamento da pesquisa de doutorado intitulada *A(r)tivismo Cultural: Espaço Público, Imagens e Artistas na Constituinte de 1987-88* e desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Tem como finalidade investigar a intervenção sociocultural no processo constituinte, a qual, influenciada em parte pelas manifestações artísticas em torno da redemocratização, participou de um esforço que tornou viável a presença de um sistema de direitos e garantias no texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88).

Fruto do engajamento e das pressões sociais, os trabalhos desenvolvidos ao longo da Constituinte conseguiram ampliar o entendimento do que seria o patrimônio cultural ao registrar o lado subjetivo das relações, consolidando uma tendência a se sublinhar o modo como a cultura – enquanto sistema de representações plurais – instiga as forças sociais. Assim, por ser historicamente construída, a valorização da cultura como um todo sofre modificações e se transforma ao longo dos tempos; atualmente, é reconhecida como um campo que constitui os bens materiais e imateriais, incluídos os modos de criar, fazer e viver.

Utiliza-se, como marcos teórico-metodológicos, a relação entre imagem e história, em uma ampliação do conhecimento acerca do passado, capaz de interferir na própria concepção da história. Procura-se, com isso, refletir acerca da inserção da sociedade no espaço público, examinando imagens do período constituinte e expondo as

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

narrativas imagéticas enquanto meio de ação social. Para tanto, faz-se uso da Coleção Memória da Constituinte, constante do acervo histórico do Museu da República/RJ, mais especificamente as pinturas em tela de artistas brasileiros politicamente atuantes que registraram, através da arte, a reconstrução democrática do país – entre os quais se destacam Millôr Fernandes, Henrique de Souza Filho (Henfil), Carlos Scliar, Rubens Gerchman, Newton Cavalcanti e José Roberto Aguillar, Aldemir Martins, Osmar Pinheiro, Siron Franco, Henrique Gougon, Glênio Bianchetti, Glauco Rodrigues, Athos Bulcão e Zélio Alves Pinto.

É necessário admitir, no entanto, a impossibilidade de se proceder, neste ensaio, a um mapeamento de todo o léxico em exame; e, por isso, optou-se por restringir a análise de como e porque esse material foi transformado em um acervo do Museu da República. Entender essas questões pode aclarar a estratégia discursiva de juízos de valor sobre o próprio momento de redemocratização – podendo, eis aqui uma das hipóteses, revelar que a expressão artística foi uma ação essencial para a afirmação de valores democráticos.

Coleção Memória da Constituinte

A Coleção Memória da Constituinte, depositada no Museu da República/RJ, em seu conjunto, se justifica como um bem cultural e, no tocante à imagem, por ser um canal de cultura visual, possibilita práticas de engajamento e de ação política. A empreitada de valorização das imagens, segundo a historiadora Ana Maria Mauad (2008; 2016), é tributária da renovação historiográfica do final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Aqui, destacam-se dois historiadores, por sua importância no Brasil: Ulpiano Bezerra de Meneses (2005) e Paulo Knauss (2006; 2008).

O primeiro pesquisador propõe que a imagem seja analisada como um artefato da cultura visual, possuindo biografia e universo próprios; o segundo defende que a imagem não deve ser tratada como mera *prova* de algo e afirma que há duas perspectivas gerais na definição de cultura visual: uma restrita e outra abrangente. A restrita marcada pela hegemonia do pensamento científico ou pela tradução dos tempos recentes (era digital) e a abrangente considera a cultura visual um instrumento para se

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

pensar as experiências visuais, em diversos tempos e sociedades. Adota-se, aqui, a corrente mais ampla, de modo a entender a cultura visual associada aos fenômenos sociais e facilitar o encontro entre imagem e história, posto que as imagens não se situam apenas no papel, nas paredes ou nos meios digitais.

Ulpiano Meneses problematiza a hierarquia das fontes, uma vez que, nos estudos voltados para a história política, a imagem era subordinada às fontes escritas, sendo utilizada em caráter complementar. Todavia, nos últimos anos, tem-se uma percepção cada vez mais ampliada da importância da dimensão visual na modernidade. Ademais, pressupõe-se uma via de mão dupla entre o olhar e o seu objeto, uma vez que “[t]oda fonte histórica é resultado de uma operação histórica, não fala por si só, é necessário que perguntas lhes sejam feitas” (MAUAD, 2008, p. 37).

A imagem se define como fonte, e a sua presença nos espaços *privados* e *públicos* constrói uma narrativa que possibilita sua posteridade na memória social. Os testemunhos oferecem maneiras de ver e pensar o passado, compondo um painel imagético. Daí a necessidade de se discutir o uso da imagem na composição do conhecimento histórico.

Nesse viés, as ideias do escritor Raymond Williams (1992) ajudam na instrumentalização da questão da cultura, vista pelo autor como uma convergência de métodos e interesses diversos, entrelaçando atividades culturais e sociais. Assim, entende-se que há um estreito elo entre cultura e política: ao produzir as imagens, os artistas se posicionam em relação à realidade daquele momento. Elementos do meio passam a ser inspiração e produto, conformando uma atividade de uma cultura específica, da qual “é considerada produto direto ou indireto de uma ordem primordialmente constituída por outras atividades sociais” (WILLIAMS, 1992, pp. 11-12).

O que se procura demonstrar é que, mesmo sendo humanamente impossível englobar todos os brasileiros, formou-se um espaço em que as pessoas comuns, mesmo sem possuir notoriedade na escala social, buscaram oportunidades de se incorporar a política em seu cotidiano, em um verdadeiro exercício constitucional pautado na República – palavra derivada do latim *res publica*, que significa coisa de todos, coisa pública. A própria ideia de República – mesmo podendo estar vinculada a governos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

autoritários – sugere uma afinidade com a universalização de direitos e de espaço público de interesse comum aos cidadãos.

A experiência histórica do prédio em que se encontra o Museu da República, assim como o nome desse museu, já sugere uma preocupação em se preservar um patrimônio sobre o Brasil republicano. O edifício, conhecido como Palácio do Catete por estar localizado no bairro do Catete, na cidade do Rio de Janeiro, é, por si só, um acervo histórico, em razão de seu espaço ter sido usado para arranjos políticos, bem como moradia de algumas elites políticas – como é o caso do então presidente da República, Getúlio Vargas, que cometeu suicídio, em seu quarto, no terceiro andar, em 24 de agosto de 1954. O diálogo entre o prédio e o acervo não se faz apenas formalmente, mas pela representação e valorização da vida republicana brasileira, de modo a serem lugares de memória (NORA, 1993).

A memória não está isenta de mudança, negociação ou transformação em função dos outros, na medida em que é um valor em disputa com diferentes grupos, podendo gerar “memórias divididas” (PORTELLI, 1996).¹ À guisa de exemplo, a explicação dada para o golpe de Estado de 1964 e para as violações da Constituição e dos Direitos Humanos, se baseou no fato de que se tratava de um regime de exceção, emergencial: não havia outra saída, pois a pátria estava em perigo, exigindo reação imediata da parte de seus soldados. Contrariando esse revisionismo, incontáveis estudiosos (DREIFUSS: 1981. REIS; RIDENTI; MOTTA: 2004. FICO: 2014) sustentam que, com o golpe de 1964, o país passara a viver um período de opressão e censura.

No final dos anos de 1970 e ao longo da década seguinte, a sociedade vivia um momento de entusiasmo, onde o Brasil estava saindo de uma longa ditadura, tornando a volta da democracia uma das principais reivindicações dos setores políticos e sociais. A luta pela democracia unificou diversos setores da sociedade, inclusive alguns que

¹ Abrangendo tais questões em um parecer próprio, o escritor Alessandro Portelli (1996) faz uma interessante análise em relação à história de Civitella in Val di Chiana – cidade italiana da região da Toscana que foi massacrada em 1944. Para ele, os acontecimentos geraram uma “memória dividida” entre a sua versão “oficial” e outra criada e preservada pelos sobreviventes. Para o autor, a memória é um processo moldado no tempo histórico – como exemplo, ele cita os depoimentos que se modificaram com o tempo e observa que as omissões nesses depoimentos também devem ser consideradas como representações. Não é uma série cronológica do pretérito que reproduz os acontecimentos antigos, mas as preocupações atuais a partir da relação com as ideias e as percepções de hoje. Portanto, não é a partir do passado, mas sim dessas correspondências que se desencadeia o processo de lembrar.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

anteriormente haviam apoiado o golpe em 1964, mas que com o endurecimento do regime passaram a ter uma postura de oposição moderada.

A mobilização social em nome de uma *Anistia Ampla, Geral e Irrestrita* desaguou nas *Diretas Já!* e, em seguida, na campanha nacional pró-Constituinte, sendo exemplos de mobilização engajadora. Esses movimentos reuniram, em torno de uma mesma bandeira, vários setores populares e da política nacional, que saíram às ruas em atos públicos, comícios e demais manifestações, espalhadas por todo o país.

Em meio a tal conjuntura, o Centro Pró-Memória da Constituinte foi criado, representando um esforço por estabelecer os traços de uma memória política e social do país, a partir da exaltação da redemocratização e dos próprios movimentos sociais, que se mobilizaram naqueles anos. A Fundação Nacional Pró-Memória, que criou o referido Centro, funcionou, entre 1979 e 1990, como órgão executivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vinculado ao Ministério da Cultura – e, quando do fechamento da Fundação, o seu acervo foi transferido para o Museu da República/RJ.

O Centro Pró-Memória da Constituinte começou a ser concebido no segundo semestre de 1985, quando a Fundação montou um projeto voltado para a promoção e captação de materiais sobre a Constituinte de 1987-88. Segundo a historiadora Maria Helena Versiani, o projeto proposto foi formalizado pela Portaria nº 170, de 16 de outubro daquele ano, do Ministério da Cultura para se criar “estratégias de captação de intercâmbio e difusão de materiais informativos produzidos no país sobre o debate da Constituinte” (VERSIANI: 2014, p. 06). Os objetivos eram a preservação da memória e o esclarecimento do cidadão comum sobre o processo que estava sendo deflagrado.

Ecoando esse mesmo desejo por mudanças e ampliação da participação popular, mas com suas próprias iniciativas, a sede do Centro Pró-Memória da Constituinte, no Rio de Janeiro, foi inaugurado em 10 de março de 1987. Para esse momento, os artistas José Cláudio da Silva, José Roberto Aguilar, Newton Cavalcanti e Rubens Gerchman elaboraram e doaram cinco grandes painéis, produzidos em partes montáveis.

Ao longo desses quase dois anos, o Centro Pró-Memória da Constituinte promoveu ações de intercâmbio com a população, tais como entrevistas e enquetes, bem como a divulgação do andamento da Constituinte. Sobre as enquetes, elas foram realizadas quando os debates eram mais calorosos na Assembleia Nacional Constituinte,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sendo colhidas por meio de opiniões dos transeuntes, na Avenida Rio Branco, na hora do almoço – período de maior movimentação na rua, tendo “chegado, em uma ocasião, a quase mil” (SÜSSEKIND: 2017, p. 206). A disponibilização e o acesso às informações da Constituinte acabaram aproximando o cidadão comum do fazer político, estimulando o exercício da cidadania participativa.

De acordo com a “Planilha de Informações Gerais”, constante da catalogação, desenvolvida pela arquivista e historiadora Jailza Sousa Queiroz, esse acervo contém mais de vinte mil itens, que foram classificados em três séries, subdivididas em grandes temas. A primeira série é a “Comissão Provisória de Estudos Constitucionais”, subdividida em plenário, comitês e seccionais; sugestões da sociedade; e estrutura e funcionamento. A segunda é a “Centro Pró-Memória da Constituinte”, subdividida em Assembleia Nacional Constituinte; participação da sociedade; enquetes, pesquisas e outras atividades; inauguração; e gestão da informação. A última, por sua vez, é a série “Recortes”, sem subdivisões, contendo publicações dos veículos de imprensa sobre a Constituinte.

Segundo descrição presente no *site* do Museu da República, a dimensão da Coleção Memória da Constituinte é a seguinte:

Cerca de 21.700 documentos (84.000 folhas) impressos, datilografados, manuscritos; 181 fotos, p&b e color, 30 x 40 cm; 11 folhas, 304 contatos; 51 tiras de negativos p&b; 119 cartazes; 01 transparência; 09 adesivos; 14 originais de arte; 104 fitas de vídeo, 10 cópias BETAMAX, VHS, U-MATIC; 476 fitas cassete; 06 cópias; 53 disquetes 5 1/4; 5 fitas magnéticas; 11 microfilmes; 3 fitas de base de dados. (COLEÇÃO MEMÓRIA DA CONSTITUINTE: 2021, s/p)

Há outros documentos sobre a Constituinte que não estão no Museu da República, pois o Centro Pró-Memória da Constituinte não foi o único montado com o material surgido durante aquele momento. Uma evidência disso é a documentação que compõe o arquivo da Câmara Federal, composto por Diário da Assembleia Nacional Constituinte; 63 edições do Jornal Constituinte; programas televisivos; sugestões de entidades, cidadãos e dos próprios parlamentares constituintes; 28 mil registros fotográficos, entre outros. Esse arquivo encontra-se em 2.707 caixas, na própria Câmara dos Deputados, em Brasília (BACKES; AZEVEDO: 2008).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Além da importância central de criação e recolhimento de material sobre a Constituinte, o produto final acabou fomentando valiosas informações acerca da própria cultura política do país, em uma afirmação de uma cultura democrática com a presença da participação das pessoas. Antes mesmo de existir como um acervo depositado em um museu público, que projeta a história republicana brasileira, o material possuía uma característica especial: emergiu como uma estratégia política de fortalecimento de uma identidade democrática.

Para além da construção de um acervo histórico, outra preocupação do Centro Pró-Memória da Constituinte era a de se utilizar aquele material ao longo da construção constitucional, reforçando a tese de que um documento histórico não é apenas o reflexo de uma atividade do passado, mas pode igualmente ser uma ação voltada ao futuro: “[o]u seja, arquivar para o futuro e utilizar já no presente” (SÜSSEKIND: 2017, p. 23).

O que foi preservado do passado é uma forma de reconhecimento dos domínios da história em um processo dinâmico de interesses e disputas. Os responsáveis pela organização arquivista de um acervo interferem na triagem, tratamento e classificação documental, que envolvem decisões a respeito de como fazê-lo e quais documentos devem ser preservados. Segundo Sússekind, as questões acerca da metodologia usada para a coleta, o tratamento e a conservação desse conteúdo elaborado pelo Centro – desde o uso imediato, naquela época, até o que seria preservado para a posteridade – ficaram sob a responsabilidade dos “documentalistas Paulo Sergio Moraes de Sá, do CPDOC/FGV, e Francisca Helena Barbosa Lima, que trabalhava no Arquivo Nacional” (2017, pp. 26-27).

Em 1990, Francisca Helena acompanhou a transferência do acervo do Programa Pró-Memória, que estava em caixas, para o Museu da República (SÜSSEKIND: 2017, p. 260), o qual ficou acondicionado em uma sala fechada, em seu Arquivo Histórico até o ano 2000. Cabe sublinhar que a forma como um acervo é utilizado, se exposto ou guardado longe do público, também expõe as questões políticas de um governo. Esse período de 10 anos, com o material da Constituinte encaixotado, pode ser revelador no sentido que, após a promulgação da Constituição, o exercício da cidadania não era mais uma prioridade governamental.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Em razão de falta de recursos para se prosseguir com o projeto, quando da promulgação constitucional, esse material acabou ficando “encaixotado em uma sala fechada de seu Arquivo Histórico, tempo e condições que desgastaram ou inutilizaram inúmeras fitas de vídeo, filmes e alguns documentos em papel” (SÜSSEKIND: 2017, p. 260). Somente com a contratação da arquivista Jailza Queiroz, em 2000, tais caixas foram catalogadas, possibilitando a montagem da Coleção Memória da Constituinte – uma iniciativa que, uma vez plasmada na possibilidade de consulta ao material disponibilizado e às exposições posteriormente promovidas pelo Museu da República/RJ, se caracterizou como uma estratégia de memória.

Cito, como exemplo ilustrativo dessa nova forma de valorização da participação popular, a exposição “Constituição de 1988: a voz e a letra do cidadão”, realizada entre 2008 e 2009, em festejo aos 20 anos da promulgação da Carta Constitucional. Nesse lugar público, abriu-se espaço para que os visitantes pudessem se manifestar sobre a Constituição na atualidade, podendo deixar opiniões de diversas formas, desde bilhetes manuscritos até gravações em áudio – como uma representação do envolvimento social à época da Constituinte. A análise sobre essas manifestações colhidas podem ser acessadas no livro “A voz e a letra do cidadão” organizado por Maria Helena Versiani e Nubia Melhem Santos. Dessa obra, destaco a seguinte passagem escrita por Versiani (2009, p. 12):

A exposição procurou reconstituir o ambiente em torno do processo constituinte de 1985/1988, logo de início situando-o na linha do tempo histórico de todas as constituições brasileiras. Uma sala foi inteiramente recoberta de cartas populares, que à época partiram dos quatro cantos do país com sugestões e pedidos aos governantes. Paisagem de expectativas e esperanças da população naquele momento. Ao lado, a participação de artistas, em obras assinadas por Gerschman, Siron Franco, Nássara, Millôr, Henfil, entre tantos outros. Fotos, vídeos e objetos do patrimônio comum ao povo brasileiro reconstruíram memórias de um tempo em que o país ainda acordava do pesadelo de viver uma ditadura.

De modo geral, os museus são lugares de memória, onde as ideias e o imaginário são estimulados a partir de uma percepção crítica que se projeta não apenas para o passado e o presente, mas também para o futuro, representando determinado modo de se enxergar o mundo – e, por conseguinte, a produção de conhecimento – com base na preservação, na comunicação e na pesquisa. Com a Coleção Memória da Constituinte, o

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Museu da República/RJ expõe uma dinâmica entre o governo transacional e as demandas da sociedade, tendo por foco as temáticas dos direitos de cidadania e da democracia.

Considerações Finais

A partir da valorização da República e da participação democrática com vistas a alcançar o maior público possível de pessoas, tem-se uma preocupação em se popularizar o tema da Constituição, fazendo uma ponte entre os constituintes e a sociedade de modo geral. Quando da promulgação da Constituição Federal, em 1988, o Centro Pró-Memória da Constituinte havia reunido um conjunto documental bastante significativo, o qual inclui desde documentos produzidos durante as sessões constituintes até materiais elaborados pela sociedade civil, como cartas, cartilhas, enquetes, abaixo-assinados, cartazes, registros fotográficos, charges e telas de artistas.

Uma vez reunido esse material, o seu depositário final deveria ser uma instituição pública. Inicialmente, permaneceu na Fundação Nacional Pró-Memória; posteriormente, com a extinção desse órgão, em 1990, o Museu da República/RJ assumiu essa documentação. Por ter sido incorporado por uma instituição museológica pública, o acervo acabou por receber um reconhecimento oficial de patrimônio cultural da nação.

A despeito de a própria construção de um arquivo documental sugerir um apelo ao passado, no âmbito de sua discursividade há um esforço em demarcar um vínculo com o presente e o futuro, pois a preservação de um determinado patrimônio como fonte de pesquisa e de conhecimento não é algo inerte, pronto e acabado. Não há, com isso, um acervo histórico enquanto vazio da presença social, pois o seu caráter plural traz consigo disputas de sentidos. O historiador Jaques Le Goff (1985) já afirmava que o documento não é algo que fica por conta do passado, mas um produto da sociedade que o fabricou, segundo as relações de força e de poder.

Referências Bibliográficas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado – ação política, poder e golpe de classe*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- KNAUSS, Paulo. “Aproximações disciplinares: história, arte e imagem”. In: *Anos 90*. Porto Alegre, v. 15, n. 28, dez. 2008.
- KNAUSS, Paulo. *O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual*. ArtCultura, Uberlândia, v.8, n.12, jan-jun. 2006.
- LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In: *Memória-História, Enciclopédia Einaudi*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- MAUAD, Ana Maria. “Foto-ícones, a História por detrás das imagens? Considerações sobre a narratividade das imagens técnicas”. In: RAMOS, Alcides Freire; PATRIOTA, Rosângela; PESAVENTO, Sandra Jatáhy (orgs.). *Imagens na história*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- MAUAD, Ana Maria. *Sobre as imagens na História, um balanço de conceitos e perspectivas*. Revista Maracanan, V. 12, pp. 25-32, 2016.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “Rumo a uma ‘história visual’”, In: MARTINS, José de Souza, ECKERT, Cornélia; NOVAES, Sylvia Caiuby (orgs.), *O imaginário e o poético nas ciências sociais*. Bauru, EDUSC, 2005.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Khoury. *Projeto História*, São Paulo: PUC-SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Vila di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1994): mito e política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo (orgs.). *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.
- SÜSSEKIND, Elizabeth. *A Constituinte de 1987-1988 contada pela história do Programa Pró-Memória da Constituinte*. Museu da República, 2017. Disponível em <<http://museudarepublica.museus.gov.br/o-programa-pro-memoria-da-constituente/>>. Acesso em 25 de abr. de 2021.
- VERSIANI, Maria Helena. “Projeto e memória de um Brasil democrático”. *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio*. Rio de Janeiro: ANPUH-RIO, 2014.
- VERSIANI, Maria Helena; SANTOS, Nubia Melhem (Org.). *A voz e a letra do cidadão*. Rio de Janeiro: Jauá Editora/Museu da República, 2009.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- COLEÇÃO MEMÓRIA DA CONSTITUINTE. Museu da República, RJ. Guia de Coleções disponível em <<https://museudarepublica.museus.gov.br/guia-de-colecoes/>>. Acesso em 21 de mai. de 2021.